

28/04/2011

PLENÁRIO

INQUÉRITO 2.774 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INVEST.(A/S)	: J. L. M. B.
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: R. T. B. M.
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: J. C. DE C.
ADV.(A/S)	: LEONARDO COSTA BANDEIRA E OUTRO(A/S)

**INQUÉRITO. CORRUPÇÃO PASSIVA (Código Penal art. 317, § 1º).
DENÚNCIA APTA. JUSTA CAUSA DEMONSTRADA. FATOS TÍPICOS
EM TESE DESCRITOS. DENÚNCIA RECEBIDA.**

1. A utilização de prova emprestada legalmente produzida em outro processo de natureza criminal não ofende os princípios constitucionais do processo. 2. O amplo acesso à totalidade dos áudios captados realiza o princípio da ampla defesa. De posse da totalidade das escutas, o investigado não possui direito subjetivo à transcrição, pela Justiça, de todas as conversas interceptadas. Não há ofensa ao princípio da ampla defesa. Precedentes desta Corte. 3. A descrição da conduta do denunciado, que torna apta a denúncia, é aquela que corresponde a fato típico previsto em lei penal. A inicial contém a exposição do fato criminoso e descreve as condutas dos três denunciados, cumprindo os requisitos do art. 41 do CPP. 4. A justa causa para a ação penal corresponde à existência de prova suficiente para a afirmação da plausibilidade da acusação. O conjunto de provas existentes no inquérito corrobora a tese da inicial, para efeitos de recebimento. 5. Denúncia que deve ser recebida para instauração de processo criminal.

ACÓRDÃO



INQ 2.774 / MG

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, receber a denúncia, nos termos do voto do relator, ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 28 de abril de 2011.

Ministro GILMAR MENDES

Relator

Documento assinado digitalmente.

28/04/2011**PLENÁRIO****INQUÉRITO 2.774 MINAS GERAIS**

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INVEST.(A/S)	: J. L. M. B.
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: R. T. B. M.
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: J. C. DE C.
ADV.(A/S)	: LEONARDO COSTA BANDEIRA E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

Cuida-se de denúncia criminal oferecida pelo Procurador-Geral da República contra **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO, RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES e JOÃO CARLOS DE CARVALHO**, nos autos do Inquérito nº 2.774, em tramitação nesta Corte Suprema, em virtude da prerrogativa de foro a que faz jus o primeiro denunciado, que é Deputado Federal nesta legislatura.

O Ministério Público imputa aos denunciados a prática do crime previsto no artigo 317, *caput*, do Código Penal Brasileiro, acrescido da causa especial de aumento de pena prevista no § 1º do mesmo dispositivo.

Conforme noticiado na denúncia, os fatos vieram a lume em razão de investigação policial instaurada para apurar possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios, em diversos municípios de Minas Gerais.

Segundo informa o Ministério Público, os fatos deixam claro que **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**, valendo-se da intermediação de **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** e de **JOÃO CARLOS DE CARVALHO**, recebeu vantagem indevida para praticar ato do seu ofício de parlamentar.

Dá conta o Procurador-Geral da República de que, às fls. 220-222 dos autos, há relato do órgão controlador das contas públicas do município

INQ 2.774 / MG

de que vários erros foram encontrados na análise de documentos contábeis de municípios de Minas Gerais, entre eles, o Município de São José do Jacuri.

Segundo o Ministério Público Federal, os erros detectados nas prestações de contas do município em questão apontam para a existência não apenas de equívocos formais, mas de verdadeiras fraudes, consistentes em conluíus entre empresas privadas, parlamentares, municipalidade e comissões de licitação. Afirma a denúncia que os procedimentos ilícitos eram consequência da atuação de parlamentares, responsáveis por inclusão de dotações orçamentárias destinadas ao município onde se daria a fraude.

Por interesses privados, e tendo por objetivo a apropriação de recursos públicos, os procedimentos licitatórios teriam ocorrido ao arrepio da lei, e com benefícios pecuniários revertidos aos denunciados, o que caracterizaria delito de corrupção passiva, conforme descrito na inicial.

A denúncia descreve o *modus operandi* que teria ocorrido no município de São José do Jacuri.

Seria esta a forma de atuação ilícita detectada:

“1ª ETAPA: DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA – O Deputado indicava municípios e valores para liberação de verbas, utilizando emendas ao orçamento de sua autoria ou de terceiros, que as cediam (individual ou coletiva);

2ª ETAPA: CONVÊNIO – A elaboração do projeto ficava a cargo do lobista, que também se encarregava de acompanhar sua aprovação. Em retribuição, a execução da obra era direcionada à sua empresa, ou a quem ele indicasse.

3ª ETAPA: EMPENHO – Anunciando o empenho, cabia ao prefeito fazer o pagamento do percentual (entre 10 e 12%) ao Parlamentar, sob pena de redirecionamento da verba a outro município”.

O Procurador-Geral da República informa à fl. 5 que, caso o pagamento do percentual não fosse possível, o prefeito providenciaria empréstimo com outros prefeitos, empresários ou com o denunciado

INQ 2.774 / MG

JOÃO CARLOS CARVALHO.

De forma específica, a denúncia atribui a **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** a inclusão no orçamento da União, pela via da Emenda Parlamentar de nº 34080002, de recursos públicos que deveriam ser aplicados na Implantação ou Melhoria de Obras de Infraestrutura Urbana em municípios com até 100.000 habitantes. O valor da dotação orçamentária era de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinados ao Município de São José do Jacuri (fl. 10).

Conforme se infere da denúncia, essa conduta estava meramente travestida de ato público discricionário do parlamentar e correspondia tão somente à realização da primeira etapa do modo de atuar da cooperação criminosa. Segundo anota a inicial, esse ato possuía o claro intuito de obter vantagem pecuniária em percentual incidente sobre parcela do orçamento da União.

A denúncia imputa, ainda, a **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** a conduta de ter recebido valores ilícitos, que lhe foram pagos pela sua atuação parlamentar no sentido de incluir a dotação orçamentária antes mencionada.

Segundo a inicial, entre 3 e 10 de dezembro de 2007, o denunciado teria comparecido ao escritório de **JOÃO CARLOS CARVALHO** para reunião em que seriam tratados os assuntos referentes a emenda orçamentária, licitação, empenho e liberação de recursos.

Conforme a denúncia, à fl. 11, no mesmo dia 3 de dezembro de 2007, **JOÃO CARLOS CARVALHO** teria sido procurado pelo Prefeito de São José do Jacuri, **JOSÉ GERALDO ALVES GONÇALVES**, e ambos teriam combinado a reunião. O encontro teria sido adiado, e **JOÃO CARLOS CARVALHO** teria pedido a **JOSÉ GERALDO** que não deixasse de passar, argumentando: “o homem lá me ligou de lá querendo resolver o restante dos negócios”. O encontro, em tese, ocorreu no escritório do próprio **JOÃO CARLOS CARVALHO**.

Em 10 de dezembro de 2007, o Deputado Federal **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** teria, conforme a denúncia, comparecido ao escritório de **JOÃO CARLOS CARVALHO**, sem êxito. Em seguida, há

INQ 2.774 / MG

notícias nos autos, segundo o Ministério Público Federal, de que **JOÃO CARLOS CARVALHO** entrou em contato com **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**, por telefone, fazendo uso de linguagem codificada (Denúncia, fls. 11).

De acordo com o relato do Procurador-Geral da República, o real objetivo do encontro entre o parlamentar e o lobista teria sido evidenciado em conversa mantida entre **JOSÉ GERALDO** e **JOÃO CARLOS CARVALHO**, em que o Prefeito do Município de Jacuri teria pedido ajuda ao denunciado **JOÃO CARLOS CARVALHO** para efetuar o pagamento exigido por **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**.

A denúncia ainda imputa a **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES**, fls. 13-14, a conduta de ter sido a intermediária no ato de recebimento de dinheiro indevido – R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) – destinado ao Deputado Federal **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**. Segundo a denúncia, ela teria sido incumbida de receber o dinheiro prometido ao parlamentar.

O Ministério Público Federal sustenta essa afirmação nos diálogos interceptados com autorização judicial e travados entre **JOSÉ GERALDO** e **JOÃO CARLOS CARVALHO** nos dias seguintes aos fatos, entre 11 e 13 de dezembro de 2007.

Conforme imputação na denúncia, o prefeito informou que foi ao escritório de **JOÃO CARLOS CARVALHO** para efetuar o pagamento de valores devidos ao lobista.

Está consignado na inicial que o Deputado Federal **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** teria solicitado e recebido vantagens em razão de sua função parlamentar, praticando ato de ofício em ruptura de seu dever funcional, ínsito à conduta de receber R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), como contraprestação por sua atuação como parlamentar; **JOSÉ GERALDO ALVES GONÇALVES**, Prefeito de São José de Jacuri, teria aquiescido em razão da atuação de **JOÃO CARLOS DE CARVALHO**, lobista e *longa manus* do Deputado Federal; o recebimento da vantagem indevida teria ocorrido por meio da denunciada **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES**, esposa de **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES**

INQ 2.774 / MG

BIFANO, por ele incumbida de comparecer ao escritório de **JOSÉ CARLOS DE CARVALHO**.

Às fls. 439, foi determinada a notificação dos denunciados para oferta de respostas à denúncia.

Às fls. 541/592, **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** apresentou sua defesa preliminar, sustentando, em síntese, que a mencionada emenda parlamentar não teria destinado recurso ao Município de São José Jacuri.

Alega ofensa às regras de controle jurisdicional, incompetência absoluta e ofensa ao princípio do juiz natural, ao argumento de que a denúncia teria apresentado como fundamentação áudios captados a partir de autorização do Juiz da Vara Federal de Governador Valadares.

Relata cerceamento do direito de contraditório e de ampla defesa, ao argumento de que não obteve acesso aos diálogos captados durante a investigação, em razão de não haver juntado todos os áudios para conhecimento da defesa. Alega que as decisões do Juízo Federal, que autorizou a quebra do sigilo das comunicações do denunciado, deveriam ter sido anexadas aos autos.

Sustenta a existência de “*açodamento*” por parte da acusação, e destaca trecho contido na Denúncia – Ofício 4869–PGR-A – no qual o Ministério Público alega a inexistência de investigação acerca da origem do dinheiro repassado (fls. 586-590).

Conclui afirmando que os elementos demonstrados evidenciariam fragilidade da acusação e atipicidade da conduta, devido à ausência de nexo causal.

Às fls. 776-815, **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** apresentou sua defesa preliminar, alegando que as conversas referidas na denúncia não estariam acompanhadas das decisões judiciais que autorizaram as quebras do sigilo das comunicações dos envolvidos, com prejuízo à defesa.

Argui a inépcia da inicial, ao argumento de que a denúncia não descreve nenhuma conduta criminosa praticada pela denunciada.

Aduz a ausência de justa causa para sustentar ação penal por

INQ 2.774 / MG

corrupção passiva prevista no art. 317 do Código penal.

Às fls. 826-846 **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** apresentou sua defesa preliminar sustentando incompetência desta Suprema Corte para processar e julgar o denunciado, dada a inexistência de prerrogativa de função.

Alega inexistência de descrição dos elementos constitutivos do tipo previsto no art. 317, §1º, do Código Penal e a não participação do denunciado nos fatos narrados na denúncia. Sustenta inexistir qualquer vinculação digna de nota entre o denunciado e o Deputado Federal **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**.

Afirma, em justificativa aos valores supostamente entregues a **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** para repasse a **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**, que *“os depoimentos prestados pelo defendente e pela acusada RENATA MAGALHÃES comprovam que a referência monetária indicada foi resultado de transação comercial mantida entre ambos”* (fls. 842).

Às fls. 861/873, o Ministério Público Federal apresentou resposta às defesas preliminares, sustentando, em síntese, que existem indícios suficientes de autoria e comprovação da materialidade, todos aptos à instauração do processo criminal.

Diz que, no mais, as argumentações no sentido de desconstituir as provas indiciárias serão objeto da instrução criminal, estando presentes neste momento todos os elementos necessários ao recebimento da denúncia.

Às fls. 878, vieram aos autos documentos novos. Ato contínuo, o Ministério Público fez juntar petição na qual destacou que os delitos descritos no IPL 3572 teriam sido cometidos por servidores de São José do Jacuri para *“assegurar a vitória de empresas ligadas a João Carlos de Carvalho em licitações realizadas pelo município com verbas de emendas do Deputado Federal João Magalhães”*, enquanto o presente inquérito direciona-se à conduta do parlamentar João Lúcio Magalhães.

Às fls. 903/906, **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** manifestou-se a respeito, alegando não se tratar de documento novo, *“pois é anterior*

INQ 2.774 / MG

ao juntado com a defesa, este sim emitido em 18 de fevereiro de 2009, conforme fl. 593/596". Reitera ausência de justa causa para a ação penal.

É o relatório.

28/04/2011**PLENÁRIO****INQUÉRITO 2.774 MINAS GERAIS****VOTO**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (Relator): Analiso as questões aventadas em argumento preliminar por **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**.

O denunciado alega a impossibilidade de recebimento desta denúncia, em razão de não ter tomado conhecimento da decisão de quebra de sigilo telefônico, que atingiu a sua privacidade, bem como a de sua esposa **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES**, também denunciada.

De um atento exame dos autos, noto que as decisões de quebra de sigilo telefônico que geraram as captações utilizadas na denúncia foram do juízo da Vara Federal de Governador Valadares, em feito originário, do qual derivou este inquérito. Outras provas foram obtidas cautelarmente em decorrência de decisão da lavra do Ministro **Cezar Peluso**, em dezembro de 2007, quando o feito já tramitava nesta Corte. Verifico que o inquérito originário não investigava conduta do parlamentar e, tão logo surgiram indícios de sua participação nos atos, migrou para o STF. Na origem, a investigação principiou-se pela necessidade de apurarem-se condutas de agentes que não possuíam prerrogativa de foro.

As provas produzidas pelo Juízo Federal de Governador Valadares são fruto do exercício regular de atividade jurisdicional e, em absoluto, destinavam-se a investigar atuação de agente com prerrogativa de foro. Tanto isso é verdade, que o então relator, ministro **Cezar Peluso**, assumiu a relatoria da investigação no estado em que se encontrava e determinou outras medidas cautelares, as quais foram prontamente executadas.

O argumento de que provas colhidas fortuitamente, em meio a uma investigação legalmente autorizada, devem ser abandonadas quando se referem a alguém com prerrogativa de foro não encontra guarida nem no direito positivo infraconstitucional nem em uma lúcida interpretação do

INQ 2.774 / MG

princípio constitucional da privacidade e das regras que versam sobre jurisdição e competência.

Não há nada que autorize o raciocínio de que a investigação denominada **OPERAÇÃO JOÃO DE BARRO** começou com a espúria intenção de investigar detentor de prerrogativa de foro, tramitando em primeiro grau. Muito ao revés, tão logo surgiu indício mínimo de participação de Deputado Federal, o feito veio a este Tribunal e foi distribuído para a relatoria do Ministro Cezar Peluso.

Em 19 de agosto de 2008, o Departamento de Polícia Federal instaurou, mediante Portaria, inquérito perante esta Corte e, em 22 de agosto daquele ano, todo o material colhido na investigação que, de uma forma ou de outra, referia-se ao parlamentar foi juntado a estes autos e a seguir encaminhado ao Procurador-Geral da República.

As captações ambientais, ou aquelas fruto de escuta em terminais específicos, nas quais foram obtidas referências ao Deputado Federal **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**, não decorreram de escutas em telefones por ele utilizados nem em locais de sua propriedade, ou ainda em prédio de exercício – público ou privado – de sua atividade parlamentar.

O que ocorreu foi a captação de diálogos no mínimo comprometedores, dos quais se utiliza o Ministério Público Federal para impingir ao acusado as práticas delituosas que enumera na denúncia. Não há qualquer nulidade na utilização de prova emprestada, seja ela fruto do que se apurou no feito em tramitação na Vara Federal de Governador Valadares, seja fruto de medidas cautelares determinadas por esta Corte, mediante relatoria do Ministro Cezar Peluso.

Demais disso, a inexistência, nestes autos, de cópia das decisões que deferiram os procedimentos de escuta, nos autos que correm na Vara Federal em Governador Valadares, não implica sequer irregularidade, muito menos nulidade. A argumentação no sentido de que, nos quatro volumes destes autos, não é possível encontrar cópia das referidas decisões judiciais que deram origem à prova emprestada aqui utilizada deve ser observada também com atenção ao fato de que os denunciados

INQ 2.774 / MG

jamais requereram ao STF que elas fossem juntadas. E se essa juntada de documentos estiver na base do argumento defensivo levado a efeito por qualquer dos acusados, isso pode ser suprido a qualquer tempo.

Entretanto, observo que o réu perante este Corte, quando se submete à responsabilização de atos praticados conforme prova existente em outro feito, tem o direito de conhecer toda a extensão do que foi carreado aos autos, em homenagem ao princípio da ampla defesa. Isso implica a obrigação do Estado-juiz e do Estado-acusador de franquear à parte acusada à totalidade dos áudios utilizados como base à imputação, estejam eles em que feito estiverem.

Embora seja procedente a alegação do denunciado de que não lhe foi fraqueado acesso à totalidade dos áudios utilizados na denúncia, observo que, à fl. 461, esse Juízo constatou a incompletude e, naquela oportunidade, determinou ao Departamento de Polícia Federal que promovesse a juntada de todos os áudios captados na Operação João de Barro e que servissem de base para a denúncia. Isso foi devidamente cumprido, conforme informação de fl. 519 e decisão de fl. 522.

Assim, os áudios referentes a todas as transcrições constantes na denúncia e que são objeto de prova sobre as quais se apoia a acusação encontram-se há muito acessíveis aos denunciados.

O denunciado também argui a imprestabilidade da denúncia, porque não foram efetuadas integralmente as gravações dos diálogos travados durante o período da interceptação.

Nesse particular, o STF já entendeu que não ofende o direito à ampla defesa do denunciado a não degravação da totalidade dos áudios captados. Na sessão de recebimento da denúncia nos autos do Inquérito 2.424, reautuado como AP 552, esta Corte entendeu, no que importa:

“PROVA. Criminal. Interceptação telefônica. Transcrição da totalidade das gravações. Desnecessidade. Gravações diárias e ininterruptas de diversos terminais durante período de 7 (sete) meses. Conteúdo sonoro armazenado em 2 (dois) DVDs e 1 (hum) HD, com mais de quinhentos mil arquivos. Impossibilidade material e inutilidade prática de reprodução

INQ 2.774 / MG

gráfica. Suficiência da transcrição literal e integral das gravações em que se apoiou a denúncia. Acesso garantido às defesas também mediante meio magnético, com reabertura de prazo. **Cerceamento de defesa não ocorrente. Preliminar repelida. Interpretação do art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.296/96. Precedentes. Votos vencidos.** O disposto no art. 6º, § 1º, da Lei federal nº 9.296, de 24 de julho de 1996, só comporta a interpretação sensata de que, salvo para fim ulterior, só é exigível, na formalização da prova de interceptação telefônica, a transcrição integral de tudo aquilo que seja relevante para esclarecer sobre os fatos da causa *sub judice*".

O entendimento desta Corte guia-se pela noção de utilidade. Apenas aquilo que o Ministério Público utilizou para sustentar sua acusação deve a Polícia transcrever, até porque a parte não precisa se defender de tudo aquilo que nenhuma relevância tem para a imposição de condutas típicas. Ao se defender dos fatos que lhe são imputados, a parte não estará lesada por não conhecer as degravações que tratam de assuntos irrelevantes para a acusação.

Por outro lado, como o conhecimento da totalidade dos áudios é direito da parte – e no presente caso foi observado –, cabe à defesa efetuar as transcrições daquilo que entender necessário e conveniente.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO, em preliminar, sustenta a incompetência desta Corte para processá-lo e julgá-lo, tendo em vista o fato de que não possui, nem possuía ao tempo dos fatos, qualquer mandato que lhe permitisse prerrogativa de foro.

Observo que as condutas atribuídas na denúncia a **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** não podem ser dissociadas da atuação de **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**.

Segundo a denúncia, **JOÃO CARLOS CARVALHO** agiu na qualidade de intermediário do Deputado, e os seus atos são, por essa razão, indissociáveis daqueles eventualmente praticados pelo parlamentar.

Em direito processual penal vige a regra do não desmembramento

INQ 2.774 / MG

do processo criminal, segundo a qual todos os acusados respondem ao mesmo Juízo daquele que possui prerrogativa de foro. Isso constitui medida salutar, quer para o amplitude do debate, em se tratando de feito guiado pela verdade real, quer para se evitarem decisões contraditórias sobre um mesmo conjunto de fatos.

Não sendo conveniente a este Juízo o desmembramento do feito, deve vigor a regra da unidade de jurisdição.

Em sua defesa, à guisa de preliminar, **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** repete o argumento da imprestabilidade da denúncia, em razão da prova emprestada não ter vindo acompanhada das decisões que autorizaram as escutas. Aduz a inépcia da denúncia, pela ausência da descrição de conduta típica a si atribuída. Esse mesmo argumento também é desenvolvido, em preliminar, pela defesa de **JOÃO CARLOS DE CARVALHO**.

Noto que a inicial descreve as condutas dos três denunciados de forma clara. A peça oferecida pelo Procurador Geral da República imputa a **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** (fls. 13-14) a conduta de ter sido a intermediária no ato de recebimento de dinheiro indevido – R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) –, destinado ao Deputado Federal **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**. Dessa forma, a denúncia também atribui ao parlamentar o recebimento, como contrapartida de sua atividade como Deputado Federal, da quantia que lhe fora remetida por intermédio de sua esposa, e a ela entregue por **JOÃO CARLOS DE CARVALHO**, terceiro denunciado.

Ao desincumbir-se da obrigação de relatar as condutas dos denunciados, o Procurador-Geral da República assim se manifestou na inicial:

“Nesse contexto se inserem os fatos relatados no IPL nº 1453/2008, no qual constatou-se que o Deputado Federal **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** recebeu a quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) pela destinação e liberação de recursos para o Município de São José do Jacuri/MG.

Segundo apurou a autoridade policial, o denunciado, visando auferir vantagem ilícita consistente em percentual

INQ 2.774 / MG

incidente sobre parcela do orçamento da União destinada aos municípios mineiros, apresentou emenda nº 34080002, para incluir no orçamento da União recursos que seriam aplicados na Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em municípios com até 1000.000 habitantes, sendo destinado ao Município de São José do Jacuri, por intermédio da Caixa Econômica Federal (contrato de repasse nº 231142/80), o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a execução de obras de drenagem e calçamento.

(...)

As tratativas para a entrega do dinheiro referente ao percentual devido ao deputado federal JOÃO MAGALHÃES tiveram início no dia 03 de dezembro de 2007, quando JOÃO MAGALHÃES esteve no escritório de JOÃO CARLOS por volta de 11:30 para uma reunião.

(...)

O real objetivo do encontro entre o parlamentar e o lobista foi evidenciado pelas conversas mantidas por JOÃO CARLOS com JOSÉ GERALDO, Prefeito de São José do Jacuri, naquele mesmo dia 10/12/2007 às 08:57 e às 10:39hs, quando este lhe pediu ajuda para pagar o montante exigido por JOÃO MAGALHÃES.

(...)

No mesmo dia, às 13:25, JOÃO CARLOS orientou a funcionária TAMIRES a receber a esposa do parlamentar, a denunciada RENATA, que foi incumbida de buscar o dinheiro.

(...)

RENATA chegou ao escritório de JOÃO CARLOS às 14:13 do dia 10 de dezembro de 2007 (fls.167), conforme seu depoimento às fls. 154/157, onde permaneceu até às 15:15. Durante esse encontro ocorreu a entrega do dinheiro destinado ao Deputado JOÃO MAGALHÃES, como demonstra a conversa captada pela escuta ambiental”.

A denúncia também descreve aquilo que denomina de “modus operandi do deputado João Magalhães”, descrevendo todo o *inter criminis* e demais atos que, segundo afirma, eram praticados sequenciadamente,

INQ 2.774 / MG

tendo como objetivo final a liberação de recursos públicos para municipalidades e o pagamento de comissão para o parlamentar. Vejamos como o Procurador-Geral da República descreve tais condutas:

(...) Quando da elaboração do orçamento da União, o Parlamentar apresentava projeto de emenda parlamentar, adicionando verbas às rubricas já previstas no projeto encaminhado pelo Executivo, ou indicando rubrica própria, onde declarado o município. Há indícios, colhidos no curso das interceptações telemáticas, de que o Parlamentar também fez a indicação para a transferência aos municípios, sob sua influência, de verbas decorrentes de emendas apresentadas por outros parlamentares.

(...) De posse da relação dos municípios, com as respectivas cotas, incumbia sua “assessora” MARY LANES de fazer contatos com os prefeitos para a adoção das providências impostas à realização dos convênios. Os projetos necessários aos ajustes eram geralmente preparados pelo denunciado JOÃO CARLOS ou por outros agentes – servidores públicos ou empresários – que integram o esquema ilícito.

(...) Confirmada a disponibilidade da verba, cabia a MARY LANES cobrar dos Prefeitos o percentual – 10 a 12% - destinado ao parlamentar, como condição para a efetiva transferência dos valores.

(...) O Relatório da Autoridade Policial, apresentado quando do requerimento das medidas de busca e apreensão, contém transcrição de diálogos captados no curso das interceptações em que MARY LANES, representando o Parlamentar, negocia com os Prefeitos o pagamento do percentual exigido por JOÃO MAGALHÃES (fls.78/86).

(...) Quando o prefeito não dispunha de verbas para custear a parte exigida pelo deputado socorria-se de empresários da construção civil, ou do próprio JOÃO CARLOS DE CARVALHO que adiantavam o valor ao deputado”.

Como facilmente se vê, a denúncia descreve a atitude do denunciado **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** – agindo em favor de **JOSÉ**

INQ 2.774 / MG

GERALDO – de entregar R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que simbolizam 10% (dez por cento) dos valores recebidos pelo município de São José do Jacuri, para o Deputado Federal **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**, por intermédio de **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES**, sua esposa, e por ser ele o autor da emenda parlamentar que beneficiava aquele município.

A denúncia também descreve todo o modo de atuação, contextualizando os atos típicos que menciona e descrevendo todo o contexto das atuações que inquina de verdadeiras e criminosas. A peça descreve as condutas dos denunciados e lhes atribui a realização de fatos típicos.

Dessa forma, a inicial desincumbiu-se de maneira esmerada de sua obrigação de descrever os atos praticados pelos denunciados, chegando a ponto de detalhar dia, hora e local em que os denunciados teriam entregue e recebido valores. Demais disso, ainda indica a origem dos recursos e esclarece o motor condutor das atuações.

Entendo que não é o caso de qualquer ofensa às exigências da lei processual penal para aptidão formal da denúncia, pois a petição inicial contém a exposição do fato criminoso – pagamento de comissões à guisa de atuação parlamentar –, descreve as condutas dos três denunciados, sem incorrer na inépcia mencionada no art. 395, I, do Código de Processo Penal. A denúncia, portanto, cumpriu os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal.

Demais disso, convém observar que, após a reforma operada pela Lei 11.719/2008, para o recebimento da denúncia, não se faz necessário apenas o cumprimento das formalidades determinadas no art. 41 do CPPB, mas também a existência de justa causa para a instauração e prosseguimento da ação penal.

Por justa causa entende-se a síntese das condições da ação, que permitem “que o juiz decida o mérito da pretensão, aplicando o direito objetivo a uma situação contenciosa” (MARQUES, Frederico, Elementos de Direito Processual Penal., vol. I, p. 292).

No processo penal, seria a comprovação de que a denúncia foi

INQ 2.774 / MG

ofertada por parte legítima, de que há interesse de agir por parte do órgão acusador e de que o pedido é juridicamente possível.

Observo que a denúncia foi oferecida pelo Ministério Público, não há causa de extinção da punibilidade, nem é o caso de prejudicial de mérito que impeça o conhecimento da causa. Portanto, há manifesta legitimidade de parte e interesse de agir, sendo o caso de esta Corte analisar, detidamente, se o pedido de instauração do processo-crime é juridicamente possível. Para que assim seja, o fato descrito na inicial deverá ser correspondente ao fato típico previsto na norma, e deverá haver um mínimo de comprovação da materialidade e da autoria, a ensejar o recebimento.

É que entendida a justa causa como uma síntese das condições da ação, faz-se necessário observar se o fato narrado na acusação se enquadra no tipo penal. (MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. Justa Causa para a ação penal – doutrina e jurisprudência. São Paulo: RT, 2001, p. 221). Para tanto, há de se verificar o conjunto probatório pré-processual existente, a fim de perceber se há indícios de autoria e materialidade sólidos o bastante para justificar a existência de um processo penal que, em si, também representa um gravame para o cidadão.

No presente caso, observo que a conduta típica atribuída aos réus permite inferir, ao menos por hipótese, que os atos praticados configuram-se como crime, e os denunciados são culpados dos atos praticados, havendo um conjunto probatório sólido o bastante para permitir a instauração do processo-crime.

Se não, vejamos.

Um dos motivos sustentados pelo Ministério Público Federal para entender que o denunciado **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** recebeu valores da prefeitura de São José do Jacuri em razão de sua atividade parlamentar reside no fato de existir emenda parlamentar destinando recursos àquele município.

Observo que, em sua defesa, contestando os termos da denúncia, o acusado noticiou que a Emenda Parlamentar nº 34080002 não possui nenhuma vinculação com o município citado, o que inviabilizaria o

INQ 2.774 / MG

raciocínio utilizado pelo Procurador-Geral da República, ao imputar ao acusado o recebimento espúrio de comissão em razão da existência desta emenda parlamentar.

Contudo, e como noticia o Ministério Público à fl. 862, fazendo referência a ofício de fl. 23, é o próprio Ministério das Cidades quem afirma, por intermédio da Assessoria Especial de Controle Interno, que os recursos recebidos por aquela municipalidade, e por intermédio do Contrato de Repasse nº 231142-80, originaram-se da Emenda Parlamentar 34080002.

Às fls 593 e 596, o denunciado apresenta documentos atestando que, na verdade, a emenda parlamentar que destinou R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) ao município citado foi uma emenda de bancada de nº 71140022, e a emenda da autoria do parlamentar denunciado foi a de 34080002, que não destinou recursos para São José do Jacuri.

Obviamente pode ser o caso de dissenso quanto ao número da emenda parlamentar do deputado que destinou recursos ao Município de São José do Jacuri ou, ainda, que tenha sido o caso de emenda de bancada solicitada pelo parlamentar, mas há forte indício de que houve atuação no sentido destinar recursos ao município citado.

Demais disso, diversos diálogos telefônicos captados durante as investigações apontam para a plausibilidade da tese esboçada na denúncia.

Uma das transcrições aponta para o fato de que a denunciada **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** esteve no escritório do denunciado **JOÃO CARLOS DE CARVALHO**, por solicitação de seu esposo, o também denunciado **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**:

“JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Bom dia. Tudo bem mestre.

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Bom dia.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Me ligou cedo, hein. Liguei, é porque é deu pau no meu AUTOCAD aqui.

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Hein?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Deu pau no meu

INQ 2.774 / MG

programa, no meu AUTOCAD de programas de projetos, e eu estou tendo que terminar o projeto sozinho.

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Hã?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Então eu acho que só termino ele lá pra uma, uma e meia da tarde.

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Hã?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Entendeu?

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Entendi. Deixa eu te falar, eu não vou poder esperar não, porque eu vou ter que ir para São paulo, tá?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Certo.

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Eu vou pedir a RENATA pra passar aqui.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Isso. Aí eu coloco num CD.

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Que horas?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Direitinho e entrego pra ela.

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Mas que horas?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Duas horas da tarde, certo?

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Então tá. Sem problema.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Tá bão mestre.

JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO: Até mais, sem problema”.

Outra transcrição de diálogo interceptado aponta para o fato de que o objeto a ser entregue por **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** a **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** era devido por **JOSÉ GERALDO**, prefeito de São José do Jacuri:

“ **JOÃO CARLOS DE CARVALHO:** Fala mestre.

Escuta aqui, o outro está aí?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Não, ele não vai poder esperar não, ele não vai poder me esperar não, ele vai pegar um

INQ 2.774 / MG

vôo agora para São Paulo e tá mandando uma pessoa ir lá, no lugar dele.

JOSÉ GERALDO Agora me fala um negócio aqui, se você puder, senão eu me viro aqui, tá difícil, viu. Mas eu arrumo um jeito, você não tem nada? Nada? Estou falando sério viu. Um bocado eu já tenho aqui comigo.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Eu vou resolver.

JOSÉ GERALDO: Não, sô! É pra ver o quê que eu levo, uai.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Traz quarenta.

JOSÉ GERALDO: O quê?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Quarenta.

JOSÉ GERALDO: Pois é uai. Não tem nada, nada?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Eu vou resolver pro cê rapaz, hoje.

JOSÉ GERALDO: Eu sei, mas ao invés de eu arrumar tudo aqui, você não me arruma um bocado?

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Tem não coração.

JOSÉ GERALDO: É isso que eu queria saber, uai.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Não tem não.

JOSÉ GERALDO: Então tá, então falou. Tchau.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Tchau”.

A escuta ambiental fixada com autorização judicial captou diálogo que indica a natureza do objeto recebido pela denunciada **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES**, em nome de seu esposo **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**:

“(…)

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Tô achando que esse dinheiro tá miúdo.

RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES: (...) A gente coloca na sacola aqui (ouve-se novamente barulho de papel sendo amassado).

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: (...) Na rua ninguém vai imaginar que tem dinheiro...ninguém vai imaginar (...)”.

INQ 2.774 / MG

A possível ligação entre os valores entregues por **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** a **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** com o prefeito de São José do Jacuri torna-se plausível a partir do diálogo captado mediante interceptação telefônica também autorizada pela Justiça, no qual o prefeito da citada municipalidade desculpa-se pelo inadimplemento, marca de comparecer no escritório do denunciado **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** e ouve deste a cobrança para trazer consigo o cheque para a quitação do estranho débito.

“(…)

JOSÉ GERALDO: É, mas aqui eu tô com vergonha de você.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Porque?

JOSÉ GERALDO: Ah, ficou faltando uns oito. Vou ter que arrumar um jeito, eu vou deixar o menino aqui e qualquer ele passa para mim.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Traz um cheque.

JOSÉ GERALDO: Ele passa pra mim(…)

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Não, traz um cheque logo.

JOSÉ GERALDO: Tá. Aqui, deixa eu só te falar outra coisa aqui. Depois nós vamos olhar o objeto daquele trem, viu? Se tiver jeito de mudar alguma coisa.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Tá.

JOSÉ GERALDO: Então tchau.

JOÃO CARLOS DE CARVALHO: Traz o cheque, tá?

JOSÉ GERALDO: Tchau”.

Obviamente os diálogos transcritos, *per se*, não comprovam a prática de qualquer crime, tampouco suas captações implicam a confirmação da tese interpretativa utilizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Releva notar, entretanto, que a sucessão de datas e horas indica a possibilidade de tais diálogos representarem que a denunciada **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** recebeu das mãos do denunciado **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** cerca de R\$ 40.000,00 (quarenta mil

INQ 2.774 / MG

reais) para entregar a **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**, e também que tais valores derivaram da prefeitura de São José do Jacuri.

Noto, ainda, que nos autos existem diversos outros diálogos telefônicos, além dos citados, a corroborar a tese da denúncia. A Representação formulada pelo Departamento de Polícia Federal, às fls. 03/61, encaminhada ao Ministro Cezar Peluso, cita diálogos que dão conta da relação de caráter financeiro, além de pessoal, existente entre os denunciados **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** e **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**.

Ali estão, também, diversos outros que reafirmam o *modus operandi* utilizado pelo denunciado **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**, quando o assunto era liberação de recursos, inseridos no orçamento mediante emendas parlamentares ou de bancada, para municípios de sua base eleitoral.

O Auto Circunstanciado nº 02, às fls. 45/56, traduz diversos contatos telefônicos autorizados pela Justiça que reforçam a tese da denúncia, dando conta da existência de relação entre os denunciados, a qual culminou com o pagamento e o recebimento de valores em contraprestação ao exercício parlamentar de **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO**.

Demais disso, o Relatório Preliminar da Controladoria-Geral da União, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno, resultado de fiscalização 01154, realizada no Município de São José do Jacuri-MG, dá conta de inúmeras irregularidades na aplicação de verbas públicas por parte daquela municipalidade.

Obviamente, os relatórios e informações policiais que constam dos autos, inclusive às fls. 166/217, não fazem qualquer prova em relação ao denunciado parlamentar federal, que não poderá ter seu nome relacionado a equívocos praticados pela administração municipal de São José do Jacuri.

Contudo, a série de irregularidades encontradas naquele município reforça a tese de que os atos típicos atribuídos ao denunciado são, em tudo e por tudo, minimamente plausíveis.

INQ 2.774 / MG

Reforçam ainda mais a tese da denúncia as captações telefônicas de diálogos que envolveram **MARY ROSANE DA SILVA LANES**, que – no exercício das funções de secretária informal do Deputado Federal – tratava de liberação de verbas públicas com diversos prefeitos, mencionando órgãos, rubricas orçamentárias, valores e contraprestações, além de fazê-lo implicitamente em nome do Deputado Federal. E são as próprias gravações de diálogos entre o denunciado e sua secretária que dão conta de que a atuação da colaboradora se dava em benefício do parlamentar.

Consoante notícia veiculada no Ofício 181/2008 do Departamento de Polícia Federal, vê-se que **JOÃO CARLOS DE CARVALHO**, por intermédio da empresa **SANTA CLARA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÃO Ltda.**, controlada por seu pai e seu irmão, foi vencedor dos Processos Licitatórios nº 14/2008 e nº 017/2008.

Embora não se possa com isso provar, de plano, que o vencedor do certame recebeu a obra pública – asfaltamento e pavimentação – de forma graciosa, é no mínimo plausível a veracidade de toda a estrutura de atuação indicada pelo Ministério Público Federal na denúncia.

Finalmente, devo observar o conjunto de fatos descritos – e que estão arrimados em indícios razoáveis de prova de que de fato ocorreram – e compatibilizá-los com o art. 317, *caput*, do Código Penal Brasileiro.

A denúncia imputa a **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** o recebimento de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Esta Corte entende que se faz necessária a indicação de ato determinado, praticado pelo agente, o que resta atendido por esta denúncia. (STF, AP 307/DF, Rel. Min Ilmar Galvão, DJ 13.10.95; STF Inq. 785, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 07.12.00)

Conforme entendimento do STF, no crime de corrupção passiva cuida-se de recebimento para si, no exercício do cargo e em razão da função, de vantagem indevida, ainda que por interposta pessoa, o que também alberga a imputação do Ministério Público. (STF, Inq 731/DF, Rel. Min.Néri da Silveira, DJ 10/05/96). Assim, quem pratica o crime é o próprio servidor, auxiliado por quem tenha participação no evento de recebimento, e nada obsta que o corruptor não seja denunciado, ou seja

INQ 2.774 / MG

denunciado em outros procedimentos em que se inclua não apenas este ato, mas diversos outros.

As condutas atribuídas a **RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES** e a **JOÃO CARLOS DE CARVALHO** amoldam-se facilmente ao tipo legal e ao entendimento de coautoria e participação fixado nesta Corte.

A antiga e até hoje vigente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não exige, para a caracterização do crime, que o ato imputado seja ilícito, bastando que tenha sido movimentado pelo desejo de recebimento ou que, após praticado, tenha o agente aceito receber em razão do ato de ofício. (STF, RCR 1290/RJ, Rel. Min. Soares Muñoz, 1ª Turma, DJ 07.11.77).

Dessa forma, o fato de o ato do parlamentar e denunciado **JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO** ser lícito não o exime de responder pelo crime do art. 317 do CPB, uma vez que o ato de ofício também pode justificar a tipicidade do ato de recebimento de benefícios em razão de sua prática.

Quanto à compatibilização do ato praticado com o § 1º do art. 317, que prevê aumento de pena por ruptura do dever funcional, vejo que é no desenrolar da instrução criminal que esta Corte percebe a possibilidade de sua ocorrência.

Dessa maneira, em um juízo de admissibilidade da ação penal, entendo que a denúncia se desincumbiu das formalidades necessárias que a tornam apta a encabeçar ação penal e vejo presente a justa causa para o processamento. O ato descrito é típico, existe todo um conjunto probatório apto a sustentar a tese do Ministério Público, e os demais argumentos defensivos – que dão conta da inexistência de dolo ou da interpretação errônea dos meios de provas disponíveis à acusação – devem ser analisadas no curso da instrução criminal.

É que, no momento do recebimento da denúncia, cabe à Corte analisar tão somente a viabilidade da acusação e a existência, ao lado das condições formais da denúncia, de um conjunto de provas minimamente razoável, apto a tornar-se conteúdo de uma instrução criminal.

INQ 2.774 / MG

Com essas razões, voto no sentido do **RECEBIMENTO DA DENÚNCIA CONTRA JOÃO LÚCIO MAGALHÃES BIFANO, RENATA TEREZINHA BASTOS MAGALHÃES e JOÃO CARLOS DE CARVALHO**, para que respondam, nos termos da denúncia, pela eventual prática do fato típico previsto no art. 317, § 1º, do Código Penal Brasileiro.

É o voto.

28/04/2011

PLENÁRIO

INQUÉRITO 2.774 MINAS GERAIS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, há dois aspectos que realmente me fazem pedir a palavra para divergir do relator. O primeiro está ligado à competência do Supremo, para mim, de Direito estrito, conforme a Carta da República e nada mais. O Supremo é competente para tocar os inquéritos, para processar e julgar as ações penais, tendo em conta aqueles que gozam da prerrogativa de foro. Em se tratando de disciplina constante da Constituição Federal, normas processuais comuns, normas instrumentais, como são as do Código de Processo Penal relativas à conexão e à continência, não elastecem essa mesma competência. Por isso, no tocante àqueles que não são detentores da prerrogativa de foro, penso que cabe observar o princípio do juiz natural, que é princípio maior, e assentar o desdobramento.

Há outra matéria, Presidente, que também é de muita seriedade: quando se versa o devido processo legal, no campo do Direito Penal, a ênfase a ser dada é maior, porque, em jogo, a liberdade de ir e vir do cidadão, na forma direta ou indireta, pouco importa. Não estou assentando a mitigação do princípio do devido processo legal em situações diversas, mas apenas ressaltando a importância do instituto, considerado o Processo Penal.

Presidente, a lei regedora das interceptações telefônicas revela formalidade essencial, inerente, portanto, ao questionamento sobre a valia do ato praticado. Uma vez realizada a interceptação telefônica, há de proceder-se – a teor do disposto no artigo 6º, § 1º, da Lei nº 9.296, de julho de 1996 – à transcrição, à degravação da fita magnética. Mais do que isso: prevê a lei que, no caso, devem ser inutilizadas as partes que não digam respeito ao objeto da investigação, ao procedimento que deu origem – no campo da excepcionalidade, porque se tem o afastamento da privacidade – à interceptação, para, então, ter-se, a partir dessa degravação, da observância do que aponte como formalidade essencial

INQ 2.774 / MG

indispensável à valia do ato, o laudo circunstanciado. Não há como simplesmente abandonar esses preceitos que, para mim, são imperativos, no que voltados ao exercício pleno da defesa pelos envolvidos no processo. São os dois pontos que, penso, merecem a reflexão do Tribunal.

No mais, o tipo previsto na cabeça do artigo 317 do Código Penal dispensa, até mesmo, a prática do ato pelo servidor público, em sentido amplo. A causa de aumento, sim, que vem no parágrafo, exige a prática de ato para incidir na espécie. Quanto ao fato de a interceptação ter sido determinada pelo Juízo, apontou bem o relator que, àquela altura, não era investigado o detentor da prerrogativa de foro, porque, se fosse, teríamos, realmente, vício quanto à prática do ato, já que a interceptação somente poderia ser determinada pelo Supremo.

Peço vênica ao relator para assentar o desdobramento e entender que os autos do inquérito não estão devidamente aparelhados, ante o fato de as fitas não terem sido degavadas, para chegar-se a esse momento importantíssimo, que diz respeito ao surgimento da ação penal, o momento de apreciação da denúncia ofertada pelo Ministério Público. Reitero: no tocante aos demais acusados, que não gozam de prerrogativa de foro, pronuncio-me pelo desdobramento.

É como voto.

28/04/2011

PLENÁRIO

INQUÉRITO 2.774 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, pela ordem. Como eu seria o segundo a votar após o Relator, eu também tive, num primeiro momento, preocupações com essas questões formais.

Num primeiro plano, eu sempre tive muita cautela no recebimento de denúncia principalmente contra homem público, com foro de prerrogativa, porquanto não há outras instâncias para que possa se manifestar, de sorte que eu apenas reitero que, em princípio, não entendo que o oferecimento da denúncia seja favorável ao acusado e que ele poderá, então, defender-se da imputação penal, porque isso é uma blasfêmia contra a razão e a fé na Justiça. Quem tem uma denúncia recebida contra si, já tive oportunidade de ressaltar, embrionariamente, padece muitíssimo.

Entretanto, Senhor Presidente, aqui, verifico que nós não estamos naquela zona fronteira em que há alguma dúvida ou em que há ainda a possibilidade de comprovação ulterior de outros fatos, pelo contrário, quer dizer, quando o legislador introduziu a possibilidade de rejeição da denúncia por falta de justa causa, ele entreviu, exatamente, a possibilidade de a denúncia não estar embasada na materialidade nem na autoria consoante à prova dos autos. E verifico, aqui, que há, realmente, uma zona de verossimilhança que propende para a certeza de tudo quanto foi assentado pelo Ministério Público. Então, de toda sorte, os fatos são mais do que plausíveis, e eu também entendo, e, aí, como eu votaria em seguida ao Ministro Gilmar, eu poderia também acrescentar algo em relação a essas questões formais.

E eu verifico, Senhor Presidente, e essa talvez seja a grande função de um Tribunal de jurisprudência, que nós tenhamos a nossa posição em consonância com a posição do Plenário e muito embora tenha também me preocupado com alguns aspectos formais, mas, entretanto, verifico que os

INQ 2.774 / MG

autos das diligências estão documentados no apenso, bem como no laudo de fls. 46 a 56, com transcrição literal dos diálogos pertinentes à controvérsia - e aqui é que é importante - em harmonia com a orientação da própria Corte.

Cito aqui alguns acórdãos no sentido de que o que importa é que as transcrições se refiram exatamente aos diálogos que conspiram em prol da apuração dos fatos narrados na denúncia. Cito aqui dois arestos bem autoexplicativos da Ministra Cármen Lúcia e do Ministro Ricardo Lewandowski, e ainda tinha a acrescentar aqui inúmeros diálogos, mas os diálogos são mais do que contundentes. São a prova inequívoca de que os fatos se deram tal como mencionados na denúncia.

E, por outro lado, essa questão do desmembramento do processo é uma questão muito debatida na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, e, por essa razão, me interessei por ela. Entretanto, naquela oportunidade, o Superior Tribunal de Justiça se curvou à Súmula nº 704, do Plenário do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que:

"704. Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados."

De sorte, Senhor Presidente, que eu só queria reforçar essas questões formais, porque, quanto ao mérito, efetivamente a denúncia apresenta elementos de comprovação da sua procedência à saciedade.

Acompanho o Relator e peço vênias por ter interferido só apenas depois do voto do Ministro Marco Aurélio, mas achei importante reforçar aquilo que pronunciara Sua Excelência, o Ministro Gilmar Mendes.

28/04/2011**PLENÁRIO****INQUÉRITO 2.774 MINAS GERAIS****VOTO****O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Celso de Mello (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), então, há a cláusula constitucional na "forma da lei".

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ministro Celso de Mello (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), pinçando trechos que realmente incriminem e desprezando outros que levariam à mitigação dessa incriminação.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Ministro Celso, eu compartilho das preocupações de Vossa Excelência; participei da discussão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.424, e fiz questão até da transcrição de parte do diálogo, mas há uma pletera de elementos que dão plausibilidade à denúncia. Eu mesmo já tive oportunidade de fazer críticas severas a essas denúncias assentadas apenas em transcrições.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Vossa Excelência me permite? Tudo teve início com uma interceptação. Houve, realmente, no correr do inquérito, o surgimento de outros dados.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) -

INQ 2.774 / MG

Exatamente, de outros dados.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Com relação a esse aspecto, Ministro Gilmar, evidentemente que, como Corte Suprema, temos que ter a maior preocupação com a licitude da obtenção da prova. Agora, o que não perpassa pela razoabilidade é que se a prova é convergente com as demais provas, ainda que seja um trecho transcrito, mas fidedigno, não impugnado na sua autenticidade, ele não possa ser considerado ainda que seja como um indício, juntamente com as outras provas, porque, no caso vertente, não houve sequer alegação de que isso teria sido uma montagem de um diálogo ou uma interpretação à prova que, efetivamente, nós - na nossa experiência penal - já tivemos oportunidade de refutar essa prova. Essa advertência é importantíssima.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas, Ministro, há o problema da contaminação, quer dizer, tudo surgiu em termos de inquérito a partir da interceptação, e, enquanto não se tiver o resultado no papel, inclusive com a inutilização do que não interessa à investigação, evidentemente, o vício contamina o restante.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Eu ia trazer apenas um exemplo de que tive conhecimento, um exemplo real de um diálogo, que não foi gravado, mas que poderia, em tese, ser descontextualizado.

Numa oportunidade, em determinado governo passado, a área da Fazenda, o Ministro da Fazenda encaminhou ao Palácio do Planalto uma proposta de medida provisória tratando de matéria tributária. Recebida, no Palácio do Planalto, essa proposta, que era relativa a aumento de impostos, dois ministros da área política travam o seguinte diálogo pelo telefone:

" - Olha, precisamos convencer o Presidente da República

INQ 2.774 / MG

de que, para editar essa MP, vamos pagar um preço, vamos ter um preço alto. Isso vai ter um custo, e nós temos que cobrar esse custo."

Evidentemente, era do custo político que se tratava. A descontextualização disso para uma outra frase era a venda de uma medida provisória.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Mas, aqui, a informação de que disponho...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI - Eu não estou falando do caso concreto. Estou só citando que as preocupações são verdadeiras.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - As transcrições vieram na íntegra, então não há trechos mutilados ou descontextualizados.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Eu votei juntamente com os Ministros Celso de Mello e Marco Aurélio pela transcrição integral, mas fiquei vencido nessa matéria e reconheço que há dificuldades práticas.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Naquele caso, do qual fui Relator, havia dados dos autos que demonstravam que, para transcrever, precisávamos de não sei de quantos funcionários da Polícia Federal e de não sei de quantos anos de trabalho. Era transcrição de um ano de gravação!

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Porque ocorrera vício originário, prévio. Uma interceptação que foi projetada no tempo de forma indeterminada.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

INQ 2.774 / MG

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - É que nós concluímos naquela assentada que, atualmente, existem meios técnicos alternativos e que fazem as vezes dessa transcrição, que são os CD's.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Teve acesso à totalidade do áudio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mas isso não está na lei, Excelência. O que a lei exige é a transcrição.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Sim, mas ela pode ser em qualquer meio.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não, não, a transcrição da fita magnética. É o que está na lei em bom vernáculo, em bom português.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Mas essa seria uma interpretação literal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Perdoe-me Vossa Excelência, apenas não fecho a legislação. É a nossa diferença.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Veja Vossa Excelência, estou consultando o processo na íntegra, aqui num CD. É como se faz modernamente.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - Mas que acho que, Senhor Presidente, muitas vezes a não transcrição integral opera em prol da privacidade do investigado.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

INQ 2.774 / MG

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Não, não, o Ministro Relator já esclareceu que não foi exclusivamente por essa prova que recebeu a denúncia.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - É claro que as investigações prosseguiram e chegaram ao Supremo Tribunal Federal em razão das escutas telefônicas.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Não, não, a fonte inicial. O próprio presidente determinou novas investigações, na condição de relator. E houve pedidos de esclarecimentos. Na verdade, há um conjunto probatório coerente que, pelo menos, dá lastro para a denúncia. Inclusive tenho muita dificuldade de ficar a ler esses diálogos, porque, realmente, como Vossa Excelência, também não considero que isso sirva de suporte; já fiz críticas severas. Mas só quis chamar a atenção porque o que se discutia fundamentalmente? Pagamento em razão de uma emenda parlamentar. E, aí, aqui se fala até em valores.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Perfeito. Há uma riqueza de detalhes impressionante.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Ministro Gilmar, se Vossa Excelência me permite, só para colaborar? Porque essa advertência do Ministro Celso de Mello, ela é importantíssima.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Importantíssima.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - E ela não é excludente em

INQ 2.774 / MG

relação ao caso concreto. Por quê? Porque, no caso concreto, há documentos públicos que comprovam que essas emendas realmente se originaram dessa estratégia delituosa. Há, aqui, um depoimento testemunhal completamente falacioso no sentido de que o dinheiro foi obtido por meio da venda de joias, e o próprio ourives disse que o valor da joia era setecentos reais e foi vendida por sete mil e oitocentos reais - havia dezenove mil para pagar ainda. Então, isso tudo está em desconformidade com aquilo que se poderia supor, uma realidade plausível. Pelo contrário, os fatos ilícitos é que são plausíveis e verossimilhantes.

Ministro Gilmar Mendes, eu entendo, com a devida vênia, que valeria muito para a Corte Suprema estabelecer, até como precedente, se Vossa Excelência puder entender cabível, na própria ementa, essa ressalva de que o recebimento dessa denúncia não está lastreado tão-somente na interceptação, porque ela não obedeceu literalmente a transcrição de todo o texto e nem foi servir a uma montagem, porque, aí, cria-se também um precedente para os outros casos vindouros e para aqueles que ainda não foram apreciados. Acho importante isso porque, até então, o que estava vigorando...

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Ministro, essa proposta não pode acolhida, a menos que se mude a jurisprudência desta Corte. A jurisprudência da Corte tem a mesma preocupação dos Ministros Celso de Mello e Marco Aurélio, só que fixou algumas exceções. A regra é essa, mas há casos em que não é possível, nem sequer conveniente, a transcrição total. Veja, por exemplo, um caso em que se discute aqui: a narração de fatos absolutamente sem nenhuma pertinência com os fatos objeto da investigação e que dizem respeito à vida privada de terceiros e, depois, serão objeto da mais ampla publicidade.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - É pessoal. Lesa-se o princípio da privacidade.

INQ 2.774 / MG

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Eu tenho a impressão de que a questão posta pelo Ministro Celso de Mello não seria irrazoável a esse ponto. O Ministro Celso de Mello colocou que fatos pertinentes à transcrição pertinente e, também, digamos assim, à transcrição que obste a montagem de diálogos, eu acho que isso que poderia ficar.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Mas estamos todos de acordo.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Quanto a isso, estamos de acordo. No caso, parece-me que há todo um conjunto de provas que levam à conclusão que considereí plausível para os fins do recebimento da denúncia. E, me parece, todo esse envolvimento – intermediários, o deslocamento do prefeito ao local, a discussão do prefeito para a obtenção do recurso, em suma, a plausibilidade, uma outra secretária que atua e que cobra essa atuação e os elementos documentais que foram requeridos junto ao próprio Ministério – mostra que, para fins de recebimento de denúncia, os elementos estão presentes.

Eu votei com Vossa Excelência, naquele caso, quanto à transcrição, mas me curvo também, agora, à jurisprudência. E veja, neste caso, desta chamada operação João de Barro, nós temos mais investigados do que naquele outro caso, para o argumento de utilidade prática. Então, a dificuldade de fazer a transcrição, aqui, é imensa, a não ser que se opere aquilo que a Ministra Ellen tanto preconiza: as transcrições automatizadas.

É claro que se tem colocado o áudio à disposição das pessoas para que se possa fazer eventual perícia.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR) - Ou possível trucagem que pode também ocorrer, ou aquilo que nós

INQ 2.774 / MG

chamamos, aqui, de "os hermeneutas do grampo", que fazem o tipo de interpretação de silêncio. Mas não é o caso, porque todo o conjunto, a partir da sustentação do Procurador-Geral, indica exatamente que os elementos são plausíveis no sentido dessa combinação.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

28/04/2011**PLENÁRIO****INQUÉRITO 2.774 MINAS GERAIS**

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INVEST.(A/S)	: J. L. M. B.
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: R. T. B. M.
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: J. C. DE C.
ADV.(A/S)	: LEONARDO COSTA BANDEIRA E OUTRO(A/S)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, não chego a rejeitar ou a acolher a denúncia. Assentei que, no caso, os autos não estariam aparelhados para o exame cabível. Agora, vencido nessa parte, na alusiva ao desmembramento e também na questão da degravação – claro, fui vencido porque suscitei a problemática e o Colegiado não acolheu a questão –, recebo a denúncia ante a materialidade do crime, considerada a imputação e não a culpa, e os indícios de autoria.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****INQUÉRITO 2.774**

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INVEST.(A/S) : J. L. M. B.

ADV.(A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)

INVEST.(A/S) : R. T. B. M.

ADV.(A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)

INVEST.(A/S) : J. C. DE C.

ADV.(A/S) : LEONARDO COSTA BANDEIRA E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal recebeu a denúncia, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio que, preliminarmente, não conhecia da denúncia em relação a R. T. B. M. e J. C. de C., e, em relação a J. L. M. B., entendia que o inquérito não estava ainda concluído, mas, no mérito, recebia a denúncia. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República e, pelos investigados, o Dr. Marcelo Luiz Ávila de Bessa. Plenário, 28.04.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário